

O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA VISÃO DO PROFESSOR

Francisca Helena Carlos- Graduanda do 7º período do Curso de Pedagogia CAP /UERN

Maria Solange Batista da Silva – Graduanda do 7º período do Curso de Pedagogia CAP /UERN

Magna Manuela Dantas Fernandes - Graduanda 7º período do Curso de Pedagogia CAP /UERN

INTRODUÇÃO

[...] “porque é de infância que o mundo tem precisão”
(Thiago de Mello, 1964, p. 34).

Um tema que se encontra cada vez mais necessário nas discussões educacionais é o currículo, principalmente quando se trata da educação infantil. Fase escolar, na qual às crianças passam pelas creches e pré-escolas, no intuito de que se desenvolva integralmente, o currículo é um documento que deve ser discutido por todos os membros da escola em essencial, pelos professores. Essa pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico tem por objetivo enfatizar o Currículo na Educação Infantil, suas concepções e práticas na visão do professor. Neste sentido, para que essa discussão se desenvolvesse, apresentamos a análise de uma entrevista semiestruturada feita com uma professora que trabalha com a educação infantil em uma escola do município de Frutuoso Gomes-RN, sob a concepção do que seja o currículo na educação infantil e de que maneira está sendo concretizado na escola, cujas respostas ainda não são satisfatórias para indicarem a existência de uma total aproximação com os saberes que podemos chamar de curriculares.

Desafiando as dicotomias que aparecem no processo seletivo realizado em especial na Educação Infantil é sempre um desafio toda vez que se precisa preparar uma proposta pedagógica, sabe-se que no espaço escolar, nem sempre as decisões são feitas como deveria ser, comprometendo assim as escolhas e estratégias para proporcionar às crianças um currículo de acordo com as necessidades de cada um, considerando as necessidades sociais,

políticas, econômicas e culturais de cada aluno, garantido aprendizagens necessárias para a formação dos pequenos aprendizes garantindo que no futuro eles serão adultos autônomos, críticos e participativos.

Essa é uma realidade notória no cotidiano escolar, planejamentos de qualidades que às vezes são vetados enquanto outros são meramente ocupados por falta de uma proposta política pedagógica pensada de acordo com as verdadeiras necessidades de cada escola. Os processos de inovação social e cultural têm de transcender outros campos da condição Escolar e Política, em nada pode ser feito isoladamente, isso explica a ação educativa que vem sendo aplicada nas escolas públicas sem muito sucesso. Insistimos que a análise desse uso e das articulações históricas entre escola, currículo, conhecimento, ideologia são imprescindíveis para melhor entendermos a educação infantil e o currículo escolar.

O referencial teórico apresenta algumas concepções históricas sobre a infância, além de leis e documentos que amparam os direitos da criança e da infância; também sobre o currículo e como ele se estabelece na Educação Infantil. Buscando compreender o currículo como documento que norteia o processo educacional das crianças, enfatizamos o pensamento de Kramer (1996, p. 14) “currículo é uma obra que está a meio caminho entre o texto puramente teórico e o manual de atividades, configurando-se como instrumento de apoio à organização da ação escolar e, sobretudo à atuação dos professores”. Dessa forma, buscamos também registrar algumas ideias sobre o conceito de currículo, dando sempre atenção a este na Educação Infantil, o qual é o tema central desse artigo.

1. CONCEPÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A INFÂNCIA

Falar de infância é lembrar em ser criança, é fato histórico e social que foi construído em cada época, sociedade e cultura. Influenciada também por fatores políticos, econômicos e sociais. É de extrema importância perguntar: O que é infância? O que é ser criança? Será que possuem conceitos diferentes?

Respondendo a essas perguntas, destacaremos que foi com o estudo de Áries (1986) através de pesquisas em obras de arte, que se começou a conhecer o conceito de infância, já que segundo achado, a arte medieval retratava a criança como um adulto em miniatura, não conheciam as particularidades da criança que a diferenciava do adulto. Áries (1986) enfatiza que a criança sempre existiu, mas o conceito de infância não; infância é um sentimento que surgiu há pouco tempo, mais precisamente no século XVII. Quando surgiu o primeiro

sentimento da infância, “a paparicação”, em que a criança com sua graça e gentileza era sinônimo de distração e relaxamento para o adulto.

O sentimento de cuidado surge a partir do século XVII, como uma manifestação da sociedade contra a paparicação da criança que veio não do ambiente familiar, mas de moralistas preocupados com os costumes e a disciplina. Havia um interesse em cuidar da criança apenas com um objetivo moral. Conseqüentemente, houve a necessidade de impor regras e normas na nova educação e a formação de uma criança doutrinada atendendo à nova sociedade que surgia, a burguesia. Hoje, a imagem de infância refere-se à criança, como ator social, que participa da construção de sua vida individual e coletiva na sociedade. Hoje as crianças têm voz, são e devem ser ouvidas. É certo que a infância é um direito próprio da criança, mesmo sabendo que em alguns casos, muitas delas não o desfrutam. Buscamos apresentar nas próximas linhas, documentos oficiais que visam concretizar esse direito.

1.1 ALGUMAS LEIS E DOCUMENTOS QUE AMPARAM OS DIREITOS DA CRIANÇA

Apresentaremos nesta sessão, algumas das leis que tornaram visíveis às especificidades da criança, dando importância à educação infantil para a faixa etária de zero a seis anos de idade. Começando, com a nossa Constituição Federal/1988, que reconheceu como direito da criança o acesso à educação desde pequena, que em um de seus artigos, mais precisamente no (Art. 208, inciso IV), estabelece a responsabilidade do poder público em relação à Educação Infantil, nas creches e pré-escolas. No (Art. 30, inciso VI) atribui aos municípios juntamente com a cooperação financeira da união e do Estado, o dever de custeamento de programas da pré-escola e ensino fundamental.

Enfatizamos também, o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA/1990, uma legislação específica, que se refere à garantia dos direitos da criança e do adolescente à vida, educação, saúde, proteção, liberdade, convivência familiar e lazer. Além da maior lei que rege a educação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, nº. 9.394/1996 artigo 4º, inciso IV - “o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. De acordo com a LDB 9394\96, é responsabilidade dos municípios:

Oferecer a EI em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados, pela Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino (BRASIL, art.11, inciso V).

De acordo com o parecer nº 22/98 e a Resolução nº 1/99, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil em seus fundamentos, definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, apresentam o que realmente deve ser seguido por toda instituição de ensino infantil, orientando na elaboração dos projetos educacionais para a educação infantil. Onde o Parecer nº. 022/1998 - Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil – DNEI foi criado: “para os programas que cuidem de crianças, educando-as de 0 a 6 anos, em esforço conjunto com suas famílias, especial importância, pelo ineditismo de seus propósitos e pela relevância de suas consequências para a Educação Infantil no âmbito público e privado”.

Outro documento que norteia a Educação Infantil também criado em 1998, é o RCNEI (Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil), um documento produzido pelo MEC que faz parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, voltado especificamente para a educação infantil que procura guiar o professor no trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Trazendo uma sugestão que integra ações como cuidar e educar. Temos ainda a Lei 11.114/05/2005 que altera a LDB/1996, a qual inclui a criança de seis anos no Ensino Fundamental de oito anos, pela Resolução CNE/CEB 03/08/2006. Pensar na educação infantil implica refletir sobre a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (criado em 1990) e finalmente na LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996), principalmente nesta última que acrescentou a educação infantil em seus artigos, tornando-a primeira etapa da educação básica.

1.2 O CURRÍCULO NA CONCEPÇÃO DE ALGUNS AUTORES

De acordo com Moreira (2000) o termo currículo é encontrado em registros do século XVII, sempre relacionado como um projeto que controla o ensino e a aprendizagem. Desde o começo, currículo envolvia uma ideia de ordem, que regula também a administração escolar.

Libâneo (2001) enfatiza que o termo currículo possui vários significados: em sentido restrito, pode representar “o ato de correr”, ou um conjunto de disciplinas da grade

curricular de uma escola. Em sentido mais ampliado “[...] no início do século xx, identificando quase sempre o conjunto de saberes e\ou experiências que alunos precisam adquirir e\ou vivenciar em função de sua formação” (LIBÂNEO, 2001, p.97).

Quando se refere à palavra currículo o que vem na mente é um conceito bastante variado como os que foram citados acima. Isso nos leva, então a questionar como deve ser construído o currículo escolar na educação infantil?

Neste sentido, quando se constrói o currículo, principalmente para a educação infantil é preciso pensar a criança, como foi comentado anteriormente, como um sujeito social e histórico que se desenvolve através da interação com o outro, “pois é a criança a origem e o centro de toda atividade escolar”. (Teixeira apud Moreira, 2000, p. 53). Compreendendo as instituições de Educação Infantil como espaços não só de cuidado, mas também de educação das crianças de 0 a 6 anos, o currículo deve ser pensado no desenvolvimento da criança em diferentes aspectos, nos físicos, morais e intelectuais. Kramer, também enfatiza que o currículo na educação infantil solicita:

Do ponto de vista, não é possível educar sem cuidar [...] Há atividades que uma criança pequena não faz sozinha [...]. Ou seja, há atividades de cuidado que são específicas da educação infantil, contudo, no processo de educação, em qualquer nível de ensino, cuidamos sempre do outro. Ou deveríamos cuidar! [...] já não será hora de assumir o educar, entendendo que abrange as duas dimensões (KRAMER, 2003, P.76).

2. O CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REFLEXÃO DA ENTREVISTA COM A PROFESSORA

Procuraremos focalizar, sempre as concepções e propostas pedagógicas existente na Escola acima citada, bem como realmente funciona as atividades escolares direcionadas para os alunos da Educação Infantil, pretendo conhecer mais de perto através desta pesquisa que foi realizada na própria escola com o objetivo de enfatizar o Currículo na Educação Infantil, suas concepções e práticas na visão do professor.

De acordo com os dados coletados na entrevista, faremos nesta sessão, uma análise dos resultados obtidos contextualizada com a visão de alguns teóricos que discutem o currículo na Educação Infantil. A entrevista semiestruturada foi realizada com uma profissional da Educação Infantil, formada em pedagogia através do PROFORMAÇÃO (Programa de formação de professores) que trabalha na Escola Municipal Ernesto Ferreira na cidade de Frutuoso Gomes há doze anos, a qual chamaremos de “P”.

Em face disso, as análises com a resposta referente à sua concepção sobre currículo na educação infantil, onde “P” responde: “currículo são os assuntos que serão trabalhados com as crianças, aquilo que a criança precisa aprender tá no currículo”. Na visão da professora entende-se que o currículo se restringe apenas a um conjunto de experiências que o aluno e a escola precisam seguir, sem modificações, não levando em consideração a cultura do aluno que implicam em mudanças no planejamento pedagógico da escola. Sobre isso Libâneo afirma:

[...] é submetido a transformações pelos professores e alunos (currículo real), de forma que ele tanto pode expressar a autonomia da escola, o desejo dos professores e da equipe escolar, os objetivos dos integrantes da escola, quanto diferentes interpretações [...] o currículo real obriga a escola a considerar a cultura proposta pelo currículo formal e as situações de fato vividas na escola e nas salas de aula (2001, p.100).

Partimos então da compreensão de currículo como a representação das ações desenvolvidas pelo indivíduo, perguntamos como ela trabalha esse currículo em sua prática escolar: “Trabalho com jogos, com tarefinhas que imprimo no computador, uso livros, brincadeiras, jogos, à criança, ela precisar brincar, aprender, mas brincar, a criança aprende muito brincando (P)”. Sobre tal assunto encontramos apoio no Referencial Curricular da Educação Infantil:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASIL, 1998, p.22).

E nessa mesma perspectiva ela responde sobre qual a importância da educação infantil, para as outras etapas da educação básica: “educação infantil é à base dos outros níveis de educação, o currículo orienta o professor daquilo que a criança precisa para acompanhar os outros anos de estudo. Antes de fazer o Proformação, eu não sabia hoje eu sei(P)”. Isso nos faz refletir sobre a importância de ter uma formação para se trabalhar com a educação infantil, e compreender o que é realmente necessário para o desenvolvimento pleno

da criança nesta fase escolar. O profissional da educação infantil deverá esta sempre buscando meios de se reciclar para atender ao público infantil que esta crescendo tanto em conhecimentos como também por direitos que lhes são atribuídos, porém ainda lhes falta profissionais capacitados para atender a esses públicos mirins como realmente deveriam.

E sobre o significado de infância discorre: “é ter o direito de brincar, sonhar, aprender, conhecer o mundo, mesmo como está, errado, mas ter o direito de serem felizes, os deveres só quando ficarem adultos (P)”. Finalizamos com a concepção de infância da professora entrevistada, que apesar de enfatizar uma visão positiva sobre a infância, nos faz perceber sua visão ainda é limitada em relação às necessidades de cada criança, não levando em consideração que as crianças também aprendem brincando, sendo a brincadeira uma forma de tornar o aprendizado mais prazeroso e divertido, acrescentando conhecimento nas horas da recreação, motivando a buscarem em cada momento um novo passo para descobrirem o mundo que os rodeia.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES...

Conhecer o conceito de infância nos leva a refletir sobre a trajetória da Educação Infantil, pois direciona todo o entendimento de um processo histórico e social. Onde uma educação voltada para a criança só foi elaborada quando esta passou a ser reconhecida pela sociedade, se não houvesse uma mudança de conceito em relação à visão que se tinha de criança, a Educação Infantil nunca teria mudado.

Ressaltando que em toda prática é preciso refletir. Enquanto o sistema Educacional brasileiro estiver trabalhando de forma individualizada, sem comprometimento, não haverá uma política concretamente pensada e distribuída em cada sala de aula. O currículo deve ser um processo que inclui a formação de metas e meios, segundo a particularidade de cada escola, por meio da criação e da valorização de rotinas de trabalhos pedagógicos em conjunto por professores, coordenadores e diretor.

É importante destacar que esta pesquisa nos levou a compreensão da importância do profissional docente conhecer a proposta curricular da escola e saber o significado da mesma. Conhecer estas leis é de extrema importância para o profissional da educação, especialmente aquele que atua na Educação Infantil, para compreender e permitir que todos os direitos da criança sejam assegurados, principalmente na vida escolar.

Com essa pesquisa foi possível perceber que, na concepção da professora, o currículo da Educação Infantil deve enfatizar o ensino dos conteúdos escolares que na verdade

são trabalhados no Ensino Fundamental, deixando em segundo plano as atividades de desenvolvimento de uma educação específica para a infância. Se o currículo é o convite à construção, onde se expressam valores, caminhos e intenções, como pode se efetivar sem que os profissionais estejam participando ativamente desta edificação? É imprescindível a participação ativa de toda comunidade escolar nesse processo, principalmente dos professores que estão em contato direto com o alunado, para que a filosofia do currículo seja de fato concretizada. Contemplando uma política Educacional elaborada de acordo com as necessidades de cada realidade, trazendo inegáveis contribuições na aprendizagem das crianças que de fato necessita de todo olhar ativo daqueles que fazem parte da mais linda fase de uma pessoa: a infância.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

BRASIL, Constituição Federativa do Brasil de 1988, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm > Acesso em 26 de fevereiro de 2013.

_____ Governo. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei federal n. 8.069 de 13 julho 1990.

_____ Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____ Ministério de Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para educação infantil. Brasília, DF: MEC, 1998.

_____ Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer CEB nº 022/98 aprovado em 17 de dezembro de 1998. Relator: Regina Alcântara de Assis. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne/ftp/CEB/CEB022.doc> Acesso em 12 de fevereiro de 2013.

KRAMER, Sonia. **Pesquisando infância e educação:** um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.). *Infância: Fios e desafios da pesquisa*. Campinas: Papirus, 1996. P. 13- 38.

KRAMER, Sônia. **Formação de profissionais de Educação infantil:** questões e tensões. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). *Encontros & Desencontros em Educação Infantil*. Cortez. São Paulo, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.184 p.

MELLO, Thiago de. **Faz escuro, mas eu canto.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu Da. (orgs). **Currículo, cultura e sociedade.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REDIN, Euclides. **Infância:** cidades e escolas amigas das crianças. Org. Porto Alegre: Mediação, 2007.